

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

Gabriela Barreto da Silva Scramingnon – UNIRIO

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo conhecer as políticas de formação dos profissionais de educação infantil no município do Rio de Janeiro. As questões de estudo buscam investigar: Quem são os profissionais que atuam em creches e pré-escolas? Há projeto de formação em serviço para estes profissionais? Como é planejada a formação, como acontece e quem participa? Quais os critérios para participação? Como se dá o ingresso destes profissionais?

A partir das novas diretrizes legais que situam a educação infantil como primeira etapa da educação básica, a legislação enfatiza a dimensão educativa e define que o profissional para atuar nesse nível de ensino é o professor com formação específica. O status adquirido por esta etapa de ensino ainda não garante que todas as necessidades da área foram atendidas. Um desafio existente é a formação dos profissionais que atuam junto às crianças. Estudos realizados¹ apontam para a inexistência de planos de carreira, de concurso específico para o profissional da educação infantil, e da realidade de muitos municípios que oferecem uma formação em serviço episódica, que tendem a fragmentação.

Em relação à identidade profissional, há uma grande diversidade na composição dessa categoria: são auxiliares, recreacionistas,, monitoras, professoras, berçaristas, cuja formação vai desde o ensino fundamental até o ensino superior.

Neste trabalho que entende a formação dos profissionais da educação infantil como requisito para a garantia de qualidade no atendimento das crianças de zero a seis anos, partimos do pressuposto de que toda política traz em seu bojo uma concepção de educação e de sociedade.

O CONTEXTO LEGAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A partir da Constituição de 1988, a educação infantil passa a ser direito das crianças de zero a seis anos, dever do Estado e opção da família. Ocupando um lugar de sujeitos de direitos, uma nova relação é definida entre Estado e crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente criado através da Lei nº 8.069, em junho de 1990, é o estatuto jurídico da criança cidadã e visa regulamentar o direito constitucional da criança e do adolescente. De acordo com o Estatuto, a

¹ Kramer, Sonia (org.). Profissionais da educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005, v.1, p. 13.

criança e o adolescente são cidadãos independente de sua condição social. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concebe o atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade como “*primeira etapa da Educação Básica*” (art.29), trazendo em seu texto uma etapa dedicada à Educação Infantil. Nessa seção define creche e pré-escola como partes da Educação Infantil, sendo a primeira destinada às crianças de 0 a 3 anos e a segunda às crianças de 4 a 6 anos (art.30).

Como primeira etapa da Educação Básica, a educação infantil passa a ser reconhecida como parte do sistema municipal de educação. Isso significa que cada município, que historicamente tem tido suas creches e pré-escolas na área da assistência social, precisa integrar suas redes públicas e privadas, com instituições particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que atendem às crianças de zero a seis anos, ao sistema municipal de educação.

A integração das creches e pré-escolas à educação tem exigido dos municípios grandes esforços, tanto no que se refere às instituições existentes, como as que ainda irão surgir. A integração das instituições existentes à educação traz demandas como a regulamentação do campo às especificidades da faixa etária, a adequação as novas normas, a formação dos profissionais e etc. A garantia da Educação Infantil como um direito engloba atuação dos sistemas municipais quantitativa e qualitativamente. Sobre essa atuação, segundo Nunes, Corsino e Didonet:

“São ainda escassos os estudos centrados na análise da Educação Infantil no âmbito das municipalidades, das experiências que estão sendo desenvolvidas pelos poderes municipais, principalmente aqueles que reúnam a multiplicidade de estratégias que vêm sendo implantadas e seus impactos, decorrentes da transição de um atendimento assistencial para um atendimento educacional, sob responsabilidade municipal.” (2009, p.39)

A luta atual não é de garantir o direito, mas de protegê-lo. Desta forma, podemos entender as políticas para a infância como a representação de possibilidades de tornar as conquistas legais como fato concreto e como espaço de luta contra a desigualdade social.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUESTÕES E TENSÕES

Com forte influência dos movimentos que tiveram início na Europa na passagem do século XVIII para o século XIX, as primeiras iniciativas de atendimento à infância no Brasil são marcadas por uma perspectiva assistencialista e higienista. Arce (2002), analisa de forma interessante a influência do discurso de dois educadores pioneiros da Educação Infantil –

Froebel e Pestalozzi – no período em que a burguesia enquanto classe hegemônica se consolidava. Ambos davam grande ênfase no papel da família – em especial no papel da mãe para a educação da criança pequena..

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, o discurso destes educadores veio a contribuir para a consolidação dos ideais de novo modelo da sociedade capitalista que então se instaurava. A perspectiva civilizatória atendia ao projeto de transformação da sociedade brasileira numa sociedade moderna e industrializada. As ideias de Froebel e Pestalozzi ganharam destaque nos debates educacionais e nas práticas de educação da criança pequena.

Numa perspectiva de controle e conformação, tanto da criança quanto da família a ordem social vigente, as famílias eram ensinadas a forma adequada de educarem seus filhos. Neste período a mulher terá papel privilegiado nos discursos civilizatórios. A esta cabia a tarefa de criar no ambiente do lar as condições favoráveis à educação dos filhos e à manutenção da paz e da ordem necessárias para o bom funcionamento da sociedade. Em consequência de características e habilidades que estariam ligadas à sua condição feminina, “(...) esta mulher/mãe já estaria dotada de tudo o que necessita para a educação das crianças pelo simples fato de ter nascido mulher e poder gerar a vida” (Arce, 2002 p.87).

A ênfase nos dotes femininos como condição fundamental para o exercício da tarefa de educar teve repercussões no modo como a docência, de modo geral, e a docência junto à criança pequena, de modo particular, foram se construindo como uma profissão.

Kishimoto (2002, p.7) discutindo a relação entre mulheres e educação no Brasil, identifica que “Princípios como a maternagem, que acompanha a história da Educação Infantil, desde seus primórdios, segundo o qual bastava ser mulher para assumir a educação da criança pequena e a socialização, apenas no âmbito doméstico, impediram, a profissionalização desta área. O magistério representava a continuação de uma missão que era da mulher. Desta forma, o trabalho da mulher/professora passa a ser identificado com o caráter de vocação, o que contribui para um esvaziamento do caráter profissional das funções por ela exercidas (Chamon, 2005). As características pessoais, ligadas a papéis desempenhados pela mulher no espaço da vida privada são os considerados necessários para o desempenho da função de educadora.

Arce (2001), estudando a relação histórica do profissional da Educação Infantil e o “mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, da educadora nata”, destaca a contribuição que os discursos acerca do papel da mulher na educação da criança pequena dos primeiros teóricos da Educação Infantil de maior influência no Brasil – Froebel, Montessori e Rosseau – tiveram para a construção desse mito.

A identidade das profissionais que atuam em creches e pré-escola tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Cerisara (2002) destaca que a identidade destas profissionais tem se constituído fundamentada no trabalho doméstico e na maternagem, havendo, segundo a autora uma contaminação das práticas femininas domésticas na prática profissional das

mulheres que trabalham em instituições de Educação Infantil. Para a autora, o que repercute em conflitos dessas profissionais com relação aos seus papéis profissionais (Cerisara 2002).

As políticas de atendimento pautadas na improvisação de recursos e espaços para o trabalho com a criança pequena não consideravam a questão da formação do profissional que trabalharia com as crianças. A ausência de preocupações com a formação do profissional da educação infantil estava ligada ao mito da mulher como educadora nata, que exercia no espaço público as funções próprias à sua condição feminina.

A precariedade da formação do professor de educação infantil é uma questão antiga, ligada à própria indefinição de papéis do profissional que atua junto às crianças pequenas. Segundo Kishimoto (2002), “desde tempos passados, acumula-se problemas na formação, em decorrência da pouca clareza do perfil do profissional desejado nos cursos de formação propostos.

Bonetti (2004), em sua dissertação de mestrado sobre a especificidade da docência na Educação Infantil a partir da análise de documentos que tratam da formação inicial de professores da educação básica, elaborados após a LDB nº 9394/96, constata que “nos documentos analisados, a especificidade da docência na educação infantil fica definida a partir daquilo que se estabeleceu para o exercício da docência no ensino fundamental, tendo nesse caso como central em sua atuação o próprio currículo e o ensino do conteúdo” (Bonetti, p.141).

Para Campos, (1999, p.127), se considerarmos os profissionais da educação em geral, “confirma-se por toda a parte a regra que se estabelece que quanto menor a criança a se educar, menor o salário e o prestígio profissional de seu educador e menos exigente o padrão da sua formação prévia”.

Romper com estas concepções não parece ser tão simples. No Brasil, as marcas da servidão ainda estão muito presentes, “o cuidado sempre foi delegado – e relegado – àquelas pessoas com menor grau de instrução” (Kramer, 2005, p.57).

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesta pesquisa que busca conhecer as políticas de formação dos profissionais de educação infantil no município do Rio de Janeiro, está em pauta um percurso comprometido com o conhecimento das políticas voltadas para a infância e formação, entendendo crianças e adultos como sujeitos sociais, produtos e produtores da cultura, situados na história, e autores de suas histórias, cidadãos.

O contexto da história e política desta investigação serão analisados tendo como foco a última década, por considerá-la frutífera em acontecimentos para esta etapa de ensino, como por exemplo a LDB de 1996, o ingresso das crianças de seis anos no ensino fundamental, a

mudança de FUNDEF para FUNDEB, como também a recente proposta de emenda constitucional 277, que torna obrigatório o ensino para todas as crianças de quatro anos.

Fundamentada no campo teórico das políticas públicas e da gestão e no campo dos estudos culturais, as principais referências advêm no campo das políticas de Setúbal (1997), e Kramer, autora que trata com especificidade da formação dos profissionais da educação infantil no âmbito das políticas municipais, e no campo dos estudos culturais de Benjamin, com sua “teoria crítica da cultura e da modernidade” (1987 a, 1987 b).

Priorizaremos na dissertação a concepção de “políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (Rua, 1998, p.1). Decisões estas que poderemos entender como respostas. Sendo respostas, têm origem em alguma demanda apresentada por atores políticos e sociais. As políticas públicas só ocorrem caso haja algum tipo de provocação.

De forma geral, os atores podem ser definidos como aqueles envolvidos no tocante de uma decisão. São os que podem vir a ganhar ou perder, sendo de alguma maneira, afetados pelas decisões e ações que compõem uma política. São os que de alguma forma são capazes de afetar as decisões pelo fato de controlarem as estratégias ou pela capacidade de ação organizada. Só podemos considerar como políticas as ações que conseguiram “sair do papel” para serem implementadas.

Para alcançar os objetivos e levando em consideração às referências teóricas, as estratégias metodológicas são:

- Levantamento dos principais documentos legais norteadores da política de Educação Infantil e formação de seus profissionais na esfera federal e municipal. A análise destes documentos tem a preocupação de conhecer os sentidos presentes nestes documentos elaborados pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação (pareceres, resoluções, textos, decretos, etc), do período que sucede à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) aos dias atuais. Não se trata de fazer um levantamento de todos os documentos como se fosse uma pesquisa do tipo documental, mas as fontes que existirem ou forem citadas serão instrumentos de apoio para o trabalho.
- Aplicação de um questionário que não tem o objetivo de quantificar, mas de conhecer a proposta de formação e o perfil dos profissionais do município pesquisado. O questionário será direcionado à Coordenação Geral da Educação Infantil da secretaria de educação. Segundo Nunes (2005, p.106), “este instrumento de pesquisa é capaz de levantar dados dispersos numa área geográfica extensa, buscando a superação do antagonismo

quantitativo/qualitativo. Por não somente colher dados, mas também fornecê-los, numa rua de mão dupla o informante ao informar também pode estar refletindo e se nutrindo das suas próprias informações, num processo também de formação”. Os quesitos selecionados no questionário buscam saber: (I) como está organizado o sistema educacional do município; (II) se possui ou não sistema próprio e Conselho Nacional de Educação; (III) como as Secretaria Municipal de Educação (SME) está estruturada, se tem ou não uma equipe de acompanhamento pedagógico às escolas de Educação Infantil; (IV) a organização e o funcionamento da Educação Infantil: se a Secretaria tem um setor específico, se há acompanhamento pedagógico às creches e pré-escolas ou não, a frequência com que ele é feito.

- Realização de entrevistas. O objetivo desta estratégia é de garantir o diálogo, o espaço de narrativa dos entrevistados. As entrevistas terão um roteiro tendo como foco o atendimento a educação infantil e a formação de seus profissionais. As entrevistas buscam elucidar pontos que não podem ser explorados no questionário, complementando os dados obtidos, buscando conhecer os profissionais que atuam na Educação Infantil e sua formação. Para análise das entrevistas as falas serão reorganizadas em categorias, ou seja, pelos temas que delas evocaram, num artifício de descontextualização, de olhar para o texto.

DADOS PARCIAIS

Observa-se a partir dos dados colhidos até o momento, que a frequência do acompanhamento pedagógico nas creches e pré-escolas é diferente, assim como o horário destinado às atividades de planejamento. Esses elementos nos mostram como a realidade da educação infantil ainda é marcada por uma cisão entre creche e pré-escola, sendo o trabalho desenvolvido fragmentado.

Outro dado significativo, é a ausência da exigência da qualificação mínima prevista pela legislação para o exercício do magistério. Ainda temos um grande número de profissionais não habilitados nos espaços de educação infantil, o que mostra a fragilidade das políticas públicas que visam à qualidade do trabalho com crianças de zero a seis anos. Muitos profissionais do município pesquisado estão no Proinfantil, que é um curso de formação para o magistério, para

professores da rede municipal e estadual que não possuem habilitação mínima para o exercício da docência.

A formação dos profissionais da Educação Infantil é requisito para a qualidade do atendimento à criança. Porém, esta questão é muito ampla e vai além da elaboração de propostas de formação. Antes dos profissionais mudarem suas concepções e formas de atuação é necessária uma alteração nos próprios valores que a sociedade estabelece para o trabalho dos profissionais da educação infantil. Crença esta que foi construída historicamente, e que está viva em nossos dias.

As políticas públicas direcionadas aos profissionais que atuam em creches mostram-se frágeis em seus projetos. A indefinição sobre a função do trabalho com crianças pequenas traz repercussões graves sobre a ação pedagógica e a identidade docente. A ausência ou a precariedade destes projetos aponta para a idéia de que esses profissionais não necessitam de competência ou qualificação para o exercício do magistério.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, A. **A Pedagogia na 'Era das Revoluções' - uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel**. 1º. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2002. v. 01. 228 p.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica. Arte e Política**, São Paulo, Brasiliense, 1987^a

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**, São Paulo, Brasiliense, 1987b.

BONETTI, N. **A especificidade da docência na educação infantil no âmbito de documentos oficiais após a LDB 9394/1996**. Florianópolis, 2004. 190 páginas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990.

_____. *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei Federal n.º 9.394, de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.494 de 20/06/2007 – Regulamenta o FUNDEB**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil.../Lei/L11494.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivilL03/...Emendas/Emc/emc59.htm

CAMPOS. M. M. A mulher, a criança e seus direitos. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 106, 1999,p.117-127.

CHAMON.M. Trajetória de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CERISARA, A. B. **Professoras de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORSINO, Patrícia e NUNES, Maria Fernanda Rezende. **A Educação Infantil no contexto das políticas atuais: um desafio para os sistemas educacionais**. In: KRAMER, Sônia et alli (org). Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ravil, 2001.

KRAMER, Sonia (org.) **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

KISHIMOTO T.M. Encontros e desencontros na formação dos profissionais da educação infantil. In: MACHADO, M. L. A. (org). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 107-115.

RUA, Maria das Graças. **As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 90**. In: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas ed. Brasília: CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, p. 731-752.

SETÚBAL, M. A. **Escola como espaço de encontro entre políticas nacionais e locais**. In: Cadernos de Pesquisa, nº. 102. São Paulo, nov. 1997, p. 121- 133.